

Fundação de Assistência Social de Anápolis
CNPJ: 01.038.751/0001-60

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023				
(Em milhares de reais)				
Ativo	N.E	31/12/2024	31/12/2023	
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa (sem restrição)	4	2.469	3.761	
Caixa e equivalentes de caixa (com restrição)		13.413	3.030	
Contas a receber	5	2.533	860	
Estoque (sem restrição)	6	1.164	860	
Estoques (com restrição)		198		
Adiantamentos ativos		177	415	
Despesas Antecipadas		6	6	
Outros créditos	7	234	2.703	
TOTAL DO CIRCULANTE		20.454	13.837	
NÃO CIRCULANTE				
Imobilizado (sem restrição)	8	35.147	35.319	
Imobilizado (com restrição)		2.630	2.953	
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		37.777	38.272	
TOTAL DO ATIVO		58.231	52.109	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	N.E	31/12/2024	31/12/2023	
CIRCULANTE				
Fornecedores	9	6.940	5.840	
Empréstimos e financiamentos	10	3.861	4.089	
Obrigações trabalhistas e sociais	11	12.580	10.593	
Tributos a pagar	12	6.131	280	
Adiantamento de clientes		352	318	
Outras contas a pagar	13	8.015	12.706	
Verbas a realizar (com restrição)	14	12.840		
TOTAL DO CIRCULANTE		50.719	33.826	
NÃO CIRCULANTE				
Tributos a pagar	12	31.963	26.455	
Provisão para processos judiciais	15	30.875	26.027	
Outras contas a pagar	13	1.447	1.717	
Empréstimos e financiamentos	10	35.222	39.925	
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		99.507	94.124	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Patrimônio social		(104.157)	(84.870)	
Ajustes de Exercícios Anteriores		2.152	2.152	
Ajuste de Avaliação Patrimonial		26.183	26.183	
Superávit ou déficit do exercício		(15.773)	(19.287)	
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	(91.995)	(75.841)	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		58.231	52.109	
As notas Explicativas são parte das Demonstrações Contábeis				

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS				
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023				
(Em milhares de reais)				
	N.E	31/12/2024	31/12/2023	
Receitas operacionais (sem restrição)	17	63.854	57.351	
Receitas operacionais (com restrição)		24.412	28.827	
		88.266	86.178	
Custos (sem restrição)	18	(54.909)	(59.954)	
Custos (com restrição)		(18.438)		
		(73.347)	(59.954)	
Superávit bruto		14.919	26.224	
Despesas com Pessoal	19	(5.984)	(9.388)	
Despesas gerais e administrativas (sem restrição)	20	(9.672)	(12.396)	
Despesas gerais e administrativas (com restrição)		(359)		
Outras receitas (despesas) líquidas	21	(1.712)	(18.305)	
(Despesas)/ Receitas operacionais		(24.732)	(40.089)	
Resultado antes do resultado financeiro		(9.813)	(13.865)	
Despesas financeiras (sem restrição)		(6.427)	(29.942)	
Despesas financeiras (com restrição)		(12)		
Receitas financeiras		479	24.520	
Resultado financeiro líquido	22	(5.960)	(5.422)	
Superávit/Déficit do exercício		(15.773)	(19.287)	
As notas Explicativas são parte das Demonstrações Contábeis				

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES				
PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023				
(Em milhares de reais)				
	31/12/2024	31/12/2023		
Superávit (Déficit) do exercício	(15.773)	(19.287)		
Outros resultados abrangentes				
Resultado abrangente do exercício	(15.773)	(19.287)		
As notas Explicativas são parte das Demonstrações Contábeis				

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023				
(Em milhares de reais)				
	Patrimônio Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superávit/ Déficit	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(69.289)	26.183	(5.296)	(48.402)
Superávit / Déficit do Período	-	-	(8.427)	(8.427)
Superávit/ Déficit acumulado	(7.154)	-	7.154	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	(129)	(129)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(76.443)	26.183	(6.698)	(56.957)
Superávit / Déficit do Período	-	-	(19.287)	(19.287)
Superávit/ Déficit acumulado	(8.427)	-	8.427	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	404	404
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(84.870)	26.183	(17.154)	(75.841)
Superávit / Déficit do Período	-	-	(15.773)	(15.773)
Superávit/ Déficit acumulado	(19.287)	-	19.287	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	(381)	(381)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(104.157)	26.183	(14.021)	(91.995)
As notas Explicativas são parte das Demonstrações Contábeis				

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA				
PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023				
(Em milhares de reais)				
	31/12/2024	31/12/2023		
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Superávit/ (Déficit) do exercício	(15.773)	(19.287)		
Ajuste que não representam entrada ou saída de caixa	937	1.269		
Depreciações e amortizações	1.318	865		
Ajuste anteriores	(361)	404		
Variação de ativo e passivos	29.422	19.313		
Contas a receber	129	(835)		
Estoques	(502)	-		
Adiantamentos ativos	238	(285)		
Despesas Antecipadas	-	(5)		
Outros créditos	2.469	(84)		
Fornecedores	1.099	(1.096)		
Obrigações trabalhistas e sociais	2.519	(1.070)		
Tributos a pagar	7.376	(166)		
Adiantamento de clientes	34	169		
Outras contas a pagar	(1.508)	5.810		
Verbas a realizar (com restrição)	12.840	-		
Provisão para contingências	4.848	(5.573)		
Tributos a pagar	-	25.204		
Outras contas a pagar	-	(628)		
Empréstimos e financiamentos	-	(2.148)		
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	(824)	(593)		
Aquisição de imobilizado	(1.323)	(1.323)		
Baixa de imobilizado	499	241		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(4.931)	2.466		
Empréstimos e financiamentos	(4.931)	2.466		
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	8.951	3.168		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.791	3.623		
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	15.742	6.791		
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	8.951	3.168		
As notas Explicativas são parte das Demonstrações Contábeis				

WELLINGTON DE JESUS	Assinado de forma digital por WELLINGTON DE JESUS	MARIA AUGUSTA PIREZ/796308000100	Assinado de forma digital por MARIA AUGUSTA PIREZ/796308000100
CARVALHO/995502	0107	CARVALHO/9955023104	0107
53104		100	

1. Contexto operacional

A Fundação de Assistência Social de Anápolis é uma entidade hospitalar, filantrópica e de assistência social, fundada em 1907/1946, de constituição civil, com sede na Rua Visconde de Taunay, nº 134 - Bairro Jundiá em Anápolis - Goiás. Possui Título de Utilidade Pública e o CEBAS conforme Portaria nº 812/17, mantenedora do Hospital Santa Casa de Misericórdia de Anápolis, localizado no mesmo endereço da entidade. São finalidades estatutárias, conforme art.3º a 4º:

- Art.3º**
- I - Criação, desenvolvimento e manutenção de assistência à saúde e a assistência social as pessoas necessitadas, especialmente a crianças, adolescência, maternidade e a velhice, sem distinção de cor, raça e religião, visando sempre a preservação da saúde e da vida;
- II - Organizar festividades, visitas públicas, estabelecendo melhor contato social entre o povo, a FASA e seus beneficiados;
- III - Colaborar com os poderes públicos no sentido de fortalecimento da harmonia social e do respeito às leis e amor às instituições;
- IV - Manter entendimentos com entidades congêneres, entendimentos para maior e melhor assistência à pobreza desvalida;
- V - Estimular a promoção social, moral, cultural e econômica dos assistidos;
- VI - Desempenhar outras finalidades que lhe forem designadas pelo Conselho Curador. **Art.4º**- A FASA visa com suas atividades, a manutenção da Santa Casa de Misericórdia de Anápolis, Ambulatório Frei Rosário Vieira e outras unidades e extensões que venham a ser criadas.

Inicialmente, em 2005, foi firmado um contrato de gestão plena entre a Fundação de Assistência Social de Anápolis e o Governo do Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Saúde, sendo, no ano de 2010, renovado através do contrato 001/2010, no sentido da continuidade na administração do Hospital Estadual de Urgência de Anápolis Dr. Henrique Santillo - HUANA, também localizado na cidade de Anápolis - GO, com objetivo de promover ações assistenciais voltadas à saúde da população local e também dos circunvizinhos. Cabe ainda ressaltar que a entidade não recebe qualquer tipo de remuneração pelo contrato de gestão, pois todo recurso recebido é investido integralmente no custeio do hospital e hospitalar.

Em 17 de novembro de 2019, houve o processo de transição entre a FASA e a FUNECV para transferir a gestão da unidade do HUANA de acordo com o Chamamento Público nº 01/2019 e TAC nº 2019/013 3843. Neste sentido, a FASA tem a responsabilidade e o compromisso de honrar suas obrigações até a baixa do CNPJ, com recursos advindos da SES/GO.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade TC 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução CFC 1.305/2010, com exceção do reconhecimento da receita em detrimento do valor do custo da depreciação, no caso de aquisição de bens com recursos do contrato de gestão nº 001/2010/SES-GO, por força do entendimento da essência sobre a forma, e Norma Brasileira de Contabilidade TC 1000 (R1) - Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC 1.255/2009, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos e nas orientações e interpretações emitidas pelo CPC e aprovados pela CVM e pelo CFC.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis.

2.1.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade.

2.1.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos, sujeitos a essas estimativas, incluem a definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado, estoques e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido a possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que estas são revisadas, bem como em quaisquer períodos futuros afetados.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012.

2.2.1 Ajuste do déficit / superávit

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. As receitas são basicamente oriundas de subvenções, convênios e doações, as quais são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida e a receber, excluindo descontos, abatimentos e tributos. As despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os Princípios de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento em resultado, limitado sempre ao valor dos contratos.

2.2.1.1 Redução ao valor recuperável ("IMPAIRMENT")

Conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 01 e IAS 36, a administração da Fundação de Assistência Social de Anápolis concluiu que a há necessidade de reconhecimento de impairment nos ativos imobilizados, entretanto não foi realizado no exercício de 2024.

2.2.1.2 Passivos contingentes

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Em 31 de dezembro de 2024, a Entidade constituiu provisão para contingentes passivos de ações trabalhistas, cíveis e tributária, com base nos relatórios dos assessores jurídicos internos e externos, os quais foram apresentados com classificação de riscos provável, e interpretados e reconhecidos como suficientes para cobertura de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais quando transitado em julgado.

2.2.1.3 Caixa e equivalentes à caixa

Caixa e equivalentes à caixa compreendem os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata, em títulos, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudanças de valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo.

2.2.1.4 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio ponderado móvel e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação da Fundação (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.), sendo que eles se apresentam livres de ônus ou gravames.

2.2.1.5 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, reduzido

da depreciação calculada. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desses itens do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Os ativos imobilizados com restrição são bens adquiridos por Convênios com recebimento de recursos através do Fundo Nacional de Saúde. Conforme a ITG 2002 - Entidades sem fins lucrativos (R2), NBC TG 07, os bens são controlados em grupos específicos cuja receita será reconhecida no resultado de acordo com que os bens forem depreciados durante o exercício.

Depreciação/Amortização

As cotas de depreciação no exercício 2024 foram calculadas individualmente, bem a bem, pelo sistema de controle patrimonial, observando percentuais com taxas de depreciações diferenciadas, em face da nova vida útil dos bens definidas de acordo com as características de cada bem.

2.2.1.6 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, posteriormente, demonstrados pelo custo a amortizar. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor total a pagar é reconhecida na DRE - Demonstração de Resultado do Exercício, durante o período em que o empréstimo esteja em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.2.1.7 Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de eventos passados, seja provável que, para solução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação.

2.2.1.8 Patrimônio social

A Entidade reverte integralmente, na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos.

2.2.1.9 Isenção tributária

A Fundação de Assistência Social é uma entidade sem fins lucrativos, em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com a Constituição Federal, artigo 150, VI, "c" e Código Tributário Nacional, artigos 9º, IV, "c", artigos 167 e 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e o artigo 155 da Constituição Federal.

3. Continuidade operacional

Abaixo estão demonstrados os índices de liquidez da entidade, referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Liquidez geral:

Demonstra a "viabilidade" de médio e longo prazo dos pagamentos de compromissos já assumidos. O índice mínimo é 1. Abaixo de 1, indica problemas de liquidez.

Ref.	Fórmula	31/12/2024	31/12/2023
LG	AC + ANC	0,41	0,41
	PC + PNC		

Liquidez corrente:

Evidencia a capacidade de pagamento de curto prazo. Um índice inferior a 1 indica problemas prementes de liquidez.

Ref.	Fórmula	31/12/2024	31/12/2023
LC	AC	0,45	0,41
	PC		

EBITDA RS:

Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização. Muito embora, o EBITDA também seja chamado ou apresentado como Fluxo de Caixa Operacional (Operational Cash Flow) o mesmo leva em conta apenas o desempenho operacional da empresa e não reflete o impacto no resultado, dos itens extraordinários, das despesas com investimentos e das mudanças havidas no capital de giro.

Fórmula	31/12/2024	31/12/2023
EBITDA =		
Lucro Operacional + Juros + Impostos + Depreciação	19.137.594	12.582.553

ANÁLISE DE INDICADORES COMBINADOS PELO MÉTODO "KANITZ"

Os valores positivos indicam que a empresa está em uma situação boa ou "solvente", se for menor do que -3 a empresa se encontra em uma situação ruim ou "insolvente" e que poderá levá-la à falência. O intervalo intermediário, de 0 a -3, chamada de "penumbra" representa uma área em que o fator de insolvência não é suficiente para analisar o estado da empresa, mas inspira cuidado.

ANÁLISE DE INDICADORES COMBINADOS PELO MÉTODO "KANITZ"				
INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE FINANCEIRA				
A CURTO PRAZO				
LS	LIQUIDEZ SECA	0,43		
LC	LIQUIDEZ CORRENTE	0,45		
A LONGO PRAZO				
LG	LIQUIDEZ GERAL	0,41		
E	ENDIVIDAMENTO	2,45		
INDICADOR PARA AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE ECONÔMICA				
R	RENTABILIDADE DO CAPITAL PRÓPRIO MÉDIO	0,09		
TERMÔMETRO				
		0,90		

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	38	116
Banco Conta Movimento (sem restrição)	1.171	393
Banco Conta Movimento (com restrição)	660	377
Aplicações Financeiras (sem restrição)	1.260	3.251
Aplicações Financeiras (com restrição)	12.613	2.654
TOTAL	15.742	6.791

Estão registrados nessa rubrica numerários em caixa, saldo em bancos e investimentos de liquidez imediata, com vencimento original de até três meses. Os rendimentos de ativos financeiros mantidos até o vencimento são demonstrados ao custo acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

Contas bancárias que possuem alguma restrição ou vinculação que requer controle segregado dos demais recursos em contas específicas, normalmente tem como origem de subvenções parlamentares

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos administradores da
FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ANÁPOLIS - FASA
Anápolis – Goiás
Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Fundação de Assistência Social de Anápolis – FASA, que compreendem o balanço patrimonial individual em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis abaixo referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação de Assistência Social de Anápolis – FASA em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem fins lucrativos, aprovadas pela resolução nº 1.409/12 a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva sobre as demonstrações contábeis.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 3 às demonstrações contábeis, que descreve sobre os principais índices operacionais e financeiros em 31 de dezembro de 2024 da Fundação de Assistência Social de Anápolis – FASA. Podemos ressaltar que conforme descrito nesta Nota Explicativa 3, o índice de liquidez geral é de 0,41 em 2024 (0,41 em 2023) e o índice de liquidez corrente de 0,45 em 2024 (0,41 em 2023), indicando possíveis dificuldades em obrigações de curto e médio prazo da empresa, além de apresentar um déficit de suas operações em 2024 de R\$ 15.772.698 e (R\$ 19.286.633 em 31 de dezembro de 2023). Esses fatores indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Os planos da administração da Entidade, incluem dentre outras, a necessidade de suporte financeiro de terceiros, sendo através de repasse público e doações.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, indepen-

dentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em con-

tinuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 25 de abril de 2025.

JOAO GABRIEL
FERREIRA
BARBOSA:330
20753830

Assinado de forma
digital por JOAO
GABRIEL FERREIRA
BARBOSA:330207538
30
Dados: 2024.04.05
10:44:38 -03'00'

João Gabriel Ferreira Barbosa
CRC1SP 328796/O-5

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA FASA

O Conselho Fiscal da FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ANÁPOLIS - FASA, reuniu-se ordinariamente no Centro Administrativo da Santa Casa Misericórdia de Anápolis (Sala da FASA), na Av. Visconde de Taunay, 134 — Bairro Jundiá - Anápolis/GO, no dia 29/04/2025, às 9h, de acordo com o Art. 25 - Inciso "III" do Estatuto Civil, com o objetivo de examinar as Demonstrações Contábeis, relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhados o Relatório/Parecer dos Auditores Independentes e as respectivas Notas Explicativas.

Considerando que as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Entidade e que não foram constatadas irregularidades em relação ao atendimento das normas brasileiras de contabilidade.

O Conselho Fiscal resolve opinar de forma favorável, que as mesmas estão em condições de serem submetidas à análise do Conselho Curador.
Anápolis-GO, 29 de abril de 2025.

Gleisiane Marques Figueiredo
Leonardo Guiotti Filho
Maria Rosângela de Sousa Silva
Wesley Gomes dos Santos

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)

Última atualização em 02 Maio 2025, 16:44:57

Documento: Fasa.Pdf

Número: cb9e95a5-d869-4d11-a7db-47a772a83d7a

Data da criação: 02 Maio 2025, 16:43:50

Hash do documento original (SHA256): 664343dfec61df7516a93ac2e68afb27a894638851835356835f9d3857b489da



Assinaturas

FATURAMENTO@OHOJE.COM.BR

Certificado digital. Verifique se já assinou com [ITI](#) ou [verificador ZapSign](#).

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número cb9e95a5-d869-4d11-a7db-47a772a83d7a, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br

ZapSign cb9e95a5-d869-4d11-a7db-47a772a83d7a. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)

Última atualização em 02 Maio 2025, 16:44:59

Assinaturas com certificado digital

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número cb9e95a5-d869-4d11-a7db-47a772a83d7a, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br

ZapSign cb9e95a5-d869-4d11-a7db-47a772a83d7a. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.